



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

A internet como espaço público de ação e produção de visibilidades

Juliana Larissa de Laet Gomes
Késia Maria Maximiano de Melo

Como citar: GOMES, J. L. L.; MELO, K. M. M. A internet como espaço público de ação e produção de visibilidades. *In:* SOUZA, L. A. F.; CORRÊA, L. M. M. (org.). **Dilemas da sociedade brasileira contemporânea: as novas configurações da economia, da violência e dos espaços comunicacionais**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 137-152.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7983-992-4.p137-152>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

A INTERNET COMO ESPAÇO PÚBLICO DE AÇÃO E PRODUÇÃO DE VISIBILIDADES

Juliana Laet
Késia Maximiano

INTRODUÇÃO

Para se fortalecer e permanecer em luta, membros de movimentos sociais e ações coletivas procuram visibilidade para suas causas. Dentro do próprio nicho ao qual pertencem, por exemplo, um grupo de pessoas dentro de uma escola que quer resistir contra uma medida decretada pelo governo procura, entre os colegas, apoiadores para sua causa. Ou externamente a fim de adquirir legitimidade perante a sociedade e por meio de demandas direcionadas ao Estado, garantir seus interesses.

No Brasil, a partir da década de 1990, o diálogo do Estado com os movimentos sociais organizados foi ampliado. Buscou-se atrair estes movimentos para a esfera estatal a fim de que suas demandas fossem traduzidas em proposições de políticas públicas a serem analisadas e votadas nas instâncias governamentais. Assim, no Brasil, muitos movimentos sociais organizados se constituíram como instituições que representariam os públicos a quem procuram representar. Associações de bairros, associações ligadas aos direitos das mulheres, negros e a população LGBTs se tornaram, para o governo, porta-vozes das necessidades destas populações. No entanto, a pluralidade de sujeitos dentro dos movimentos deixa evidente

<https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7983-992-4.p137-152>

que certas pessoas continuam sem acesso a direitos ou que os direitos por elas conquistados não se expressam numa transformação social que lhes permita existir como são. A esfera pública que, de fato, consegue produzir uma voz a ser ouvida quando propõe demandas políticas a serem transformadas em políticas públicas é restrita a públicos específicos.

Porém, o que os movimentos sociais e ações coletivas nos mostram é que não basta estar na arena pública, que as políticas públicas, por seu aspecto homogeneizante e categorizante, tendem a não dar conta da pluralidade dos sujeitos e que as disputas por espaços de fala não se dão apenas nas arenas institucionais, mas ocorrem nos mais diversos espaços, na escola, no café, no supermercado, nas fábricas, nas empresas, na internet. Assim, a arena pública, aquela em que as demandas de grupos entram em conflito para a produção de políticas públicas, é somente um dos palcos em que esses grupos e indivíduos buscam se colocar e conquistar visibilidade. Diante disso, neste texto, procuramos analisar como outros possíveis espaços públicos podem ser constituídos na internet onde grupos e indivíduos constroem sua visibilidade a partir da produção autônoma de conteúdo acerca de si mesmos, da replicação de conteúdo produzido por sites e de debates a partir de disparadores diversos, criando enunciados políticos a partir de narrativas cotidianas.

A internet, no Brasil, começou a se expandir para o uso residencial a partir de políticas governamentais durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Em 2005, dez anos depois que a internet se tornou de acesso público no país, ela era acessada por apenas 21% da população, mas 50% dos acessos à internet já era feito nas residências (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2005). Em dados de 2013, o número de domicílios com computadores com acesso à internet chega a 28 milhões, representando 43,1% do total de domicílios do país. Mas o que fez com que essa rede se expandisse de fato foi a ampliação do acesso à internet por meio dos dispositivos móveis, a partir de seu barateamento. Este acesso, hoje, ultrapassa em muito àquele nos domicílios, e o número de telefones móveis com acesso à internet soma mais de 105 milhões de unidades em todo o Brasil (PORTAL BRASIL, 2013). A mobilidade da conexão é uma realidade para muitos/as brasilei-

ros/as. Diante disso, a quantidade de pessoas presente nessa rede em tempo sincrônico com as demais atividades do cotidiano é enorme.

Assim como a internet se tornou parte da vida de muitas pessoas, os inúmeros conflitos advindos das interações cotidianas se acham também nas relações que se expandiram para dentro desse espaço. A internet, na experiência de muitas pessoas, não é mero instrumento de comunicação entre diversos usuários, mas pode ser pensada como um espaço que atravessa outros diversos espaços de interação. E como qualquer espaço em que pessoas entram em contato e interagem, esse, igualmente, tem regras e códigos que culminam em disputas.

As disputas ocorridas dentro da internet envolvem alguns aspectos distintos daquelas que ocorrem nas arenas públicas, dentro dos movimentos sociais ou mesmo nas ruas. A internet é um local imaterial no sentido de que ele não é delimitado por paredes de concreto, apesar da conexão depender de determinados materiais, mas as conexões e redes formadas dentro deste local pouco se diferenciam da materialidade das estruturas arquitetônicas de uma cidade, por exemplo. E, assim como essa materialidade oferece certas limitações a quem procura transitar nos espaços da cidade, na internet as disputas e limitações são ligadas à conquista de espaço de visibilidade no meio de comunicação.

Assim, para compreendermos como se dá a disputa por visibilidade na internet e de que maneira ela pode ser constituída com um espaço de ação em que os sujeitos atuam e discursam produzindo enunciados políticos a partir das suas narrativas cotidianas, precisamos explorar um pouco em que linguagem isto ocorre.

Neste artigo, após esta introdução, iremos trazer uma discussão sobre como mudanças nos meios de comunicação, mais especificamente a passagem da televisão para a internet, resultou em algumas transformações em relação a formas de atuação e constituição de espaços públicos de ação aqui no Brasil. Não queremos com isso dizer que a televisão foi suplantada pela internet e perdeu sua importância. Neste primeiro momento, iremos explorar de que maneira o uso da internet expressa o aprendizado acerca da televisão e de que maneiras ambos se distinguem e que mudanças esta distinção traz para a atuação dos agentes.

Após esta discussão, voltamo-nos para alguns episódios na experiência brasileira em que observamos que a internet se estabeleceu como espaço público de ação onde a visibilidade adquirida por certas pessoas e grupos resultou na produção de enunciados políticos e ações dos governos. Apon-tamos que os protestos de junho de 2013 foram um ponto de inflexão na experiência dos usos dos novos meios para os movimentos sociais no Brasil deixando evidente que a esfera pública foi ampliada. Não é que não houvesse a produção de enunciados políticos na internet antes de junho de 2013, mas este evento escancarou o fato de que na internet já se estava fazendo política há muito tempo. Porque o pessoal é político, porque a política se faz a partir das narrativas cotidianas expressas num espaço público. E essas narrativas fizeram com que a internet se tornasse esse espaço público.

Por fim, discutimos como o caso de Verônica Bolina, travesti agredida por policiais ao ser encarcerada, ganhou visibilidade nas redes e resultou no encaminhamento de políticas públicas nas arenas institucionais. A partir destes eventos, procuramos demonstrar o que são essas novas formas de ativismo baseadas na produção autônoma de conteúdo nas novas mídias e na produção de imagens.

A INTERNET E A PRODUÇÃO AUTÔNOMA DO EU

Na introdução deste artigo escrevemos que a internet pode ser constituída enquanto espaço público de ação no qual os indivíduos atuam e discursam produzindo enunciados políticos através de narrativas cotidianas que eles registram no meio de comunicação. A internet, portanto, tem um duplo aspecto: o primeiro, ela é um espaço público de ação; o segundo, ela é um meio de comunicação que permite a produção autônoma de conteúdos por parte de quem está nela inserido.

Quando falamos que a internet pode ser constituída enquanto espaço público de ação, queremos dizer que nela as pessoas podem se reunir e ao estarem juntas criarem um espaço em que compartilham suas narrativas de vida, contam suas histórias, isto é, agem. A ação é a atividade política por excelência, escreveu Arendt (2011), e para que ela ocorra, basta que as pessoas estejam juntas e atuem. Ao fazerem isso, está formado o espaço público onde a ação é potencialmente transformadora. Qualquer espaço pode se tornar um espaço público, basta que as pessoas estejam nele

e falem, contem suas histórias, apareçam e se revelem. Com os meios de comunicação a possibilidade do estar junto se expande para locais imateriais em que a proximidade espacial das/os agentes é dispensável.

Ao nos inserirmos e construirmos um espaço público fazemos com que a vida neles aconteça. Isso significa que a constituição do espaço público acontece em meio a diversas disputas. Se os meios de comunicação, por um lado, expandem as possibilidades de criarmos esferas públicas em certos locais imateriais, por outro, fazem com que seja possível controlá-los e selecioná-los.

Cada meio de comunicação possui uma cultura comunicativa própria. Esta cultura comunicativa é construída a partir do uso do meio e a partir da apropriação deste meio pelos usuários. A forma como se aprende os usos possíveis da internet hoje muito se baseiam no aprendizado de outras tecnologias como o livro, o rádio e, principalmente, na experiência brasileira, a televisão.

Como menciona Bucci (1997) em sua análise sobre a esfera pública no Brasil, esta começa e termina nos limites das objetivas das redes de televisão. Isto é, aqueles locais para onde apontam seus holofotes serão importantes e serão o Brasil, os locais e as pessoas que os holofotes não iluminam, portanto, ficam fora dessa esfera pública.

Se, por um lado, a Rede Globo foi capaz, através de uma programação unificada em todo território nacional, dar um sentido de nação ao Brasil (KEHL, 1986), esta nação dizia respeito a um público bastante específico, a classe média emergente. O lançamento do “Ipanema way of life”¹ produzido pela Rede Globo se baseia num trabalho de imagem delicadamente construído. Importante salientar que este trabalho sempre encontrou respaldo entre a população. Não é que a TV simplesmente manipulava e decidia pelo público o que deveria agradá-lo. A televisão sempre foi construída tanto pelo seu público quanto pelas emissoras. E o que foi iluminado pelos holofotes televisivos agradou ao público de maneira bastante significativa. Mais que isso, ela o ensinou acerca da importância da imagem para a prática política e para a publicidade de certas pessoas. Isto é, para existir como figura pública, era preciso aparecer na TV.

¹ Modo de vida de Ipanema.

Como escreve Kehl (1986, p. 170):

Essas imagens únicas que percorrem simultaneamente um país tão dividido com o Brasil contribuem para transformá-lo em um arremedo de nação, cuja população, unificada não enquanto “povo” mas enquanto público, articula, uma mesma linguagem segundo uma mesma sintaxe. O conteúdo dessa linguagem importa menos do que seu papel unificador, uniformizador: a integração se dá ao nível do imaginário.

Um imaginário compartilhado de maneira ampla a partir de um assistir coletivo, mas privado. Coletivo enquanto conteúdo compartilhado. Privado e individual pois ocorre no espaço da casa. A televisão, portanto, provoca uma privatização da vida social que transforma a casa em “um nó dentro da rede televisiva e radiofônica” e o efeito dessa transformação é a emergência de uma política plenamente baseada na imagem “sendo que a televisão se torna o meio politicamente dominante”² (MCQUIRE, 2008, p. 140, tradução nossa). Torna-se público, no sentido de ser reconhecido publicamente, quem está na mídia, quem é visto nela. Assim, a TV tem a importante função de manter o público reunido no sentido de estar compartilhando os mesmos conteúdos, mas é ela também que consagra as figuras do nosso mundo público.

E, quando temos nas mãos a possibilidade de nos tornarmos uma figura pública e, mais que isso, de expormos nossos próprios conteúdos, mesmo que haja limitações importantes, como lidamos com isso? Esta possibilidade, desafiadora para a televisão, chegou a nós com a web 2.0. Se, a partir dos anos 70, a televisão forneceu ao brasileiro a sua auto-imagem, as contestações a esta imagem, que sempre existiram, chegam ao seu ápice com a ampliação do uso da internet no Brasil. Aquela mídia com cara de classe média branca, heterossexual, cristã vai dividindo o espaço com uma outra mídia em que as outras esferas públicas começam a aparecer.

A internet há algum tempo foi invadida pela *selfie*³ da travesti, da sapatão, do viado, da negra, do negro feita no banheiro de casa, no protesto político. O vídeo produzido no baile *funk*, na manifestação política em

² “a node within radio and television networks [...], on television becoming the dominant political medium”.

³ Autoretrato produzido com a câmera dos *smartphones* que se tornou muito popular na internet nos últimos dois ou três anos. A/o usuária/o registra a foto e o publica nas redes sociais para mostrar a si mesmo simplesmente ou a si mesmo em determinados locais em que está.

que a polícia espanca desenfreadamente as/os manifestantes, no rolezinho no *shopping*⁴. Resultado: o choque! Quem são estas pessoas, que lugares são estes? A imagem na mídia foi definitivamente manchada com as cores do arco-íris. E agora?

MICROPOLITICA, RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A internet, não apenas se tornou um instrumento tecnológico de grande importância para a composição, articulações e dinamização de coletivos sociais, como, na mesma direção, viabilizou a formação de mobilização política e, conseqüentemente, de novas formas de ativismo. De acordo com o sociólogo Jorge Alberto Machado (2007, p. 250), a atuação em rede torna-se, portanto, a principal característica destes “novos” movimentos sociais, pela formação de tensões e colisões frequentes e pelo enlaçamento ou agregação de grupos identitários, como é o caso das redes que se formam para discutir feminismo e organizar atividades, manifestações. O autor retrata o impacto dessa nova forma de articulação nos novos arranjos de movimentos sociais:

[...] A matéria-prima básica dessa nova forma de organização é a informação gerada e eficazmente distribuída. Este poder resulta da ampliação da capacidade de produzir, reproduzir, compartilhar, expressar e difundir fatos, ideias, valores, visões de mundo e experiências individuais e coletivas em torno de interesses, identidades e crenças – e em um espaço muito curto de tempo. A possibilidade de comunicação rápida, barata e de grande alcance faz atualmente da Internet o principal instrumento de articulação e comunicação das organizações da sociedade civil, movimentos sociais e grupos de cidadãos. A rede se converteu em um espaço público fundamental para o fortalecimento das demandas dos atores sociais para ampliar o alcance de suas ações e desenvolver estratégias de luta mais eficazes (MACHADO, 2007, p.268).

A produção de conteúdo se configura como eixo central nas interações online e carrega consigo, intrinsecamente, a produção de diversos novos elementos que permeiam a relação entre o sujeito e o mundo, num processo mediado. Para a constituição de um campo de mobilização polí-

⁴ Os rolezinhos também se tornaram um fenômeno em 2013. Eram reuniões recreativas organizadas pela internet, mais especificamente através do *Facebook* e do *Whatsapp*, por jovens de classe baixa que iam até os shoppings para se encontrar, passear, visitar as lojas, paquerar. Ver mais em Cava (2013).

tica, os enunciados políticos são construídos a partir de elementos da vida cotidiana, tais como as vivências e trânsitos nos diversos espaços sociais, o que justifica as inquietações de quem os constrói.

A ideia de que a internet também se caracteriza como uma forma de ser e estar no mundo marca, a partir de seus usos cada vez mais cotidianos, uma constante transformação não somente na maneira como estamos nela inseridos/as, mas também pela forma como produzimos e somos produzidos/as a partir desses usos. Tais usos passam por uma articulação que envolve a transformação do pessoal em político.

Paula Sibilia (2008), em um amplo debate conceitual, afirma que, de um modo geral, por meio dos usos das redes sociais os indivíduos se mostram mais preocupados com a espetacularização da vida íntima e, por consequência, com o “show do eu”⁵. No entanto, para além disso, essa espetacularização, no âmbito da militância e da construção de visibilidades, também é uma forma de fazer política de existência, estando longe de compor lutas a partir de personas descorporificadas. Nesse contexto, a criação de grupos de discussão, páginas e perfis, em redes sociais fazem da exposição da vida íntima um ato político. Ademais, não há como mensurar ou controlar o alcance ou a forma de circulação que algumas postagens têm. À medida que uma postagem entra na página de atualizações das pessoas que estão conectadas com o espaço em que foi publicada, no entanto, as ferramentas de compartilhamento, enquanto uma das principais características das interações online, assumem um papel de megafone e criam ecos em torno dos discursos.

Nessa direção, o fazer político que algumas/uns ativistas assumem a partir dos usos de plataformas online é regido por seu princípio básico de funcionamento: a propagação de idéias. A forma com que essa propagação de idéias marca a conexão entre as esferas on e offline demonstra seu verdadeiro potencial político na medida em que essas duas dimensões se retroalimentam.

Essa lógica de interação exige uma relação direta entre o usuário das plataformas e o computador, *tablet* ou *smartphone*, e é por meio dessa

⁵ O termo foi cunhado pela autora em sua tese de doutorado, para discutir sobre as diferentes dimensões do “eu” na internet, a partir das experiências de subjetividade nas quais as dimensões “íntimas” e “confessionais” são pensadas como “alterdirigidas” - construções de si orientadas para uma exposição que objetiva legitimar formas de ser e estar no mundo.

interação primária que interações secundárias são criadas. A partir delas é possível levantar discussões em nível nacional e internacional a partir de elementos como a empatia (SIBILIA, 2008) e a sensibilização a partir dessa empatia, seja ela individual ou coletiva.

Permeadas por contextos on e offline, essas interações mediadas que resultam em debates e articulações políticas não encontram uma linha seccional que os distingue. De acordo com Iara Beleli (2012), esses espaços formam um *continuum* dimensional que repercutem um no outro tanto na dimensão das práticas quanto na dimensão subjetiva de uma construção pessoal, mas também coletiva à medida que toma grupos como ponto de partida em discursos reivindicatório, a exemplo de falas como “Eu, mulher trans negra da periferia da cidade de São Paulo [...]” utilizadas como ponto de partida para marcar um lugar de fala política. Há, portanto, um borramento entre as fronteiras do público e do privado, do pessoal e do político. Assim, o indivíduo que propõe um debate despretensioso em seu perfil pessoal numa dada plataforma de interações online, certamente o faz motivado por algum aspecto de suas práticas cotidianas, e nem sempre com a intenção de provocar uma mobilização no âmbito dos debates políticos. No entanto, esses debates são uma forma de fazer política já que as relações e a vida social é política.

As narrativas em torno das práticas cotidianas tornam-se um ato político ao criarem enunciados de resistência chamando para a cena o debate em torno das demandas que são coletivas, mas que partem da vivência individual. Nesse sentido, a relação indivíduo-coletivo é tensionada, especialmente a partir da marca de um tipo de mobilização que não toma o diálogo com o Estado como central nas suas formas de fazer política.

Nesse sentido, as discussões políticas não somente dizem respeito a temáticas relacionadas ao movimento social institucionalizado ou partidário, mas, sobretudo, a questões referentes a (re)elaborações de estratégias de enfrentamentos que atravessam o campo da privação de direitos ou a busca pelo rompimento de estigmas sociais.

De acordo com Miskolci e Beleli (2015), entre alguns grupos sociais socialmente subalternizados por seu gênero, sexualidade, origem étnico-racial ou idade a conexão em rede tem facilitado as discussões políticas. À medida que a propagação de ideias circula a partir de uma estrutura em

rede, a multiplicação da informação produz uma visibilidade em torno dos debates. No entanto, há um largo hiato entre pensar que existe um aspecto positivo na criação de novas visibilidades em torno de demandas políticas, nas representações sociais e a luta por reconhecimento.

As novas formas de ativismo gestadas a partir dos grupos de debate na internet ganham uma nova gramática de pertencimento ao trazerem para a cena novos elementos que compõe as resistências políticas. O acesso a determinados debates desmaterializa a dimensão corporal da presença em um espaço legítimo de discussões políticas, e torna a política um fator que atravessa as diversas práticas cotidianas, pois está incorporada no fazer, na publicização desse fazer, e especialmente na conversão desse fazer em bandeira de luta. Esse entrecruzamento entre público e privado marca exponencialmente essas novas formas de mobilização.

Assim, o agir em conjunto que se dá a partir do uso dos novos meios de comunicação espetaculariza o privado e o torna público. Não é somente o privado enquanto espaço privado, mas a vivência particular. Na verdade, como colocado anteriormente, a espetacularização do eu provoca um borramento dessas fronteiras. Mas, de que maneira se dá esse espetáculo?

OS PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 E AS NOVAS ESFERAS PÚBLICAS

O espetáculo que ocorre nas esferas públicas formadas a partir da internet tem um sentido midiático e performativo semelhante àquela da produção e execução dos programas de TV. Afinal, foi a partir de uma forte influência deste meio que aprendemos a usar os novos meios de comunicação e informação. No espetáculo da internet, ressaltamos, a produção do eu, porém, é autônoma e individual. Cada nó na rede produz sua própria imagem. Obviamente que os nós, na verdade, são eles mesmos redes complexas que reúnem várias relações materiais ou não para sua própria formação. É possível vermos de que maneira esses nós se constroem individual e coletivamente ao observarmos, por exemplo, os protestos de junho de 2013.

Esse evento marcou a era da atuação nos espaços públicos construídos na internet. Junho de 2013 legitimou, no país, a atuação e articulação política na internet. Organizadas inicialmente pelo Movimento Passe Livre (MPL), as chamadas para as manifestações contra o aumento da passagem do transporte coletivo eram feitas no Facebook através da ferramenta “eventos” dessa rede social. Durante as manifestações, as páginas dos eventos, as publicações de vídeos, relatos, fotos viralizaram nas redes e atraíram a atenção para os protestos que ocorriam na cidade de São Paulo. Isso fez com que o movimento em apoio às manifestações paulistanas se expandisse para todas as regiões do país ocorrendo ao mesmo tempo em centenas de cidades. A participação no protesto extrapolava a presença nas ruas e se expandia para as redes que foram constituídas enquanto espaços públicos (LAET, 2015). A *selfie* na rua se tornou a prova incontestável da participação no protesto e demonstração de apoio aos manifestantes. O compartilhamento de conteúdo na rede também era demonstração de apoio, mas não só isso, era também uma forma de participação (LAET, 2015).

As manifestações de junho de 2013 em São Paulo mostraram que a experiência política nas cidades não está limitada à ação no espaço urbano físico, mas ela também acontece quando as pessoas transformam os espaços midiáticos constituindo-os em ambientes de ação. Isto se tornou possível por causa da ubiquidade da tecnologia nos espaços urbanos e pelo intenso uso que as pessoas fazem dela. Neste sentido, as casas, os computadores e os celulares se tornaram nós conectados com outros múltiplos nós na construção da ação política em espaços públicos midiáticos que se imbricavam com o espaço da cidade.

Acreditamos que essa mobilização intensa nas redes em junho de 2013 gerou modificações políticas importantes para além dos “20 centavos”. Foi a partir da experiência de junho de 2013 que ficou evidente para os participantes que a vivenciaram o poder aglutinador dessa mídia. Mais do que isso, foi a partir da propagação de ideias próprias publicadas no Facebook e Twitter ou a replicação de ideias alheias que as/os participantes experienciaram a internet como esse megafone. Foi também com base nessa experiência que a esfera pública brasileira se expandiu para além da TV, mostrando outros espaços e dando destaques a situações que as câmeras

televisivas tantas vezes evitaram focalizar. Obviamente que já existiam públicos distintos na internet, mas junho de 2013 foi esse ponto de inflexão que alavancou o espaço da internet como espaço público e atraiu para tal espaço os olhares e a atuação de uma grande parte das/os brasileiras/os.

Daí para a espetacularização da vida íntima foi apenas um curto passo. A construção do indivíduo na esfera das interações online a partir da introdução de elementos que envolvem uma corporalidade imagética e elementos textuais se traduz na composição de um corpo tanto para quem interage quanto para o conteúdo em circulação, o que repercute diretamente na produção de visibilidades. Um caso de grande repercussão a partir do uso das redes sociais foi o de protesto em torno da prisão e de episódios de violência em relação à Verônica Bolina.

Se a militância que se utiliza de um campo de mediação online é atravessada especialmente pela estratégia da produção de visibilidades, acionando diversos elementos, tais como a experiência do outro, casos como esse podem ser observados a partir da proporção tomada no que diz respeito às notícias sobre a violência que Verônica Bolina sofreu ao ser presa⁶, mobilizando uma série de debates em torno dos direitos das pessoas trans.

Num grupo específico do *Facebook*, o debate foi bem acentuado. Comentários frequentes foram notados, como: “se fosse um filho de político isso não acontecia, so pq eh trans”, “a gente sofre violência o tempo todo, e o estado não nos ampara legalmente e quando somos culpadas aí q tudo piora, não sei se acho bem feito ou me revolto” ou ainda “se fazem com o meu cabelo o que fizeram com o dela, eu mato todo mundo mesmo”.

Se a violência é a condição básica de quem ultrapassa os limites no que diz respeito às vivências dos binarismos de gênero, de que modo é possível desmontá-la? As expectativas encontram-se no âmbito da cultura, ainda que sejam reconhecidas as necessidades de avanço no campo do jurídico, especialmente no que tange à produção, formulação e reformulação de políticas públicas. No entanto, as reivindicações se encontram no âmbito da criação de novas visibilidades ou de visibilidades positivas sobre

⁶ O caso Verônica Bolina, ocorrido no mês de abril do corrente ano, teve repercussão internacional em decorrência dos debates lançados a partir do compartilhamento de notícias na plataforma. Na ocasião, Verônica agrediu uma idosa e foi presa em flagrante, no entanto, foi levada para uma prisão masculina, tratada no masculino, humilhada e violentada pelos policiais. A publicização das imagens do rosto de Verônica desfigurado e de suas roupas rasgadas foram o ponto de partida para os debates em torno dos direitos das pessoas trans, na plataforma.

as demandas, vivências e necessidades de pessoas trans no campo da vida prática e no campo dos direitos. Os impasses sobre esses posicionamentos e lutas vêm respingando na forma com que elas se articulam e é nessa direção que as interlocuções nas redes sociais têm ganhado ressonância.

Se na década de 80, as primeiras mobilizações em torno da questão dos gêneros e das sexualidades se davam especialmente em decorrência da epidemia de AIDS essa não mais é a questão central nos pontos de mobilização política.

A institucionalização do movimento trans brasileiro se deu a partir dos diálogos do movimento com o Estado, mas acabam por tirar o caráter dialógico da luta, o que respinga na falta de acesso não somente por ausências de projetos e programas por parte do Estado, porém mais do que isso, pela não aceitação por parte das dinâmicas sociais excludentes que afirmam que, embora pessoas trans tenham direito a processos de modificação corporal, por exemplo, elas ainda assim não têm o direito de serem consideradas sujeitos, reforçando cada vez mais seu lugar às margens.

São inúmeros os relatos de pessoas trans que sofreram violência, desde aquela que é perpetrada no ambiente doméstico, até a truculência policial nos espaços de prostituição. Além disso, a violência simbólica é uma marca presente em diversas etapas da vida das pessoas trans, expressas na desvalorização de suas vivências de gênero. No caso de Verônica, ao ser encaminhada para uma cadeia masculina, onde foi obrigada a cortar os cabelos e usar roupas que a partir de pressupostos hegemônicos são tidas como masculinas, foi alvo de constrangimento a partir do total desrespeito com sua identidade de gênero.

A estratégia de visibilizar o caso repercutiu num posicionamento por parte da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e do Conselho Municipal de Políticas LGBT da cidade de São Paulo, de modo que, ao estabelecer um diálogo com o poder público, o caso pôde ser acompanhado e as devidas leis foram acionadas.

O caso Verônica Bolina trouxe à cena diversos debates em torno dos direitos humanos, mas uma discussão que foi acentuada girou em

torno da necessidade de aprovação do projeto de lei João Nery⁷, ou Lei da identidade de gênero, de autoria do Deputado Federal Jean Willys e da Deputada Federal Erika Kokay. Os discursos perpassavam a luta pelo reconhecimento da identidade de gênero, especialmente mediante vivências de violência simbólica em redor do uso do nome de registro em instituições e serviços.

O ponto central desse caso é que em menos de dois dias havia uma mobilização intensa que envolveu diversas instituições políticas oficiais de pessoas trans, órgãos públicos, tais como defensoria e conselho de pessoas LGBT, a partir de uma mobilização e da proliferação do debate acerca do caso, por meio das redes sociais. Isso evidenciou não somente o alcance do debate em um curto espaço de tempo, mas o entrecruzamento entre as esferas *on* e *offline* no fazer político. Ademais, destacou também sua forma de utilização, que tem a ver com uma ferramenta extensiva de movimentos alternativos em torno da minimização da violência no que diz respeito às vivências de pessoas trans.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pontos de reflexão levantados nesse artigo não têm a mínima pretensão de serem conclusivos. Especialmente porque a multiplicidade de possibilidades de ativismo a partir fluxos da informação e das interações nos mostram que as relações entre o local e o global são permeadas por elementos conectados numa rede que se entrecruzam em diversos pontos.

Se as relações em rede são marcadas pelos pontos de intersecção entre uma plataforma e outra a partir de um ponto em comum na propagação de ideias, podemos considerar que esse ponto que conecta duas ou mais plataformas é uma notícia vinculada pela mídia de massas, que desencadeia um debate em tom reivindicatório. Esse fato causa uma falsa ideia de que há uma perda de controle sobre o alcance da informação/debate, o que se propõe como verdade, mas somente até certo ponto. Ao ter acesso a um dado debate via plataforma de rede social, é comum percebermos que várias pes-

⁷ De acordo com Bento (2014), essa é a primeira na história que se estrutura pelo princípio do reconhecimento pleno da identidade de gênero de todas as pessoas trans no Brasil, sem necessidade de autorização judicial, laudos médicos nem psicológicos, cirurgias nem hormonioterapias, assegura o acesso à saúde no processo de transexualização e despatologiza as identidades trans. O projeto inspira-se na Lei de Identidade de Gênero argentina.

soas com as quais nos relacionamos estão debatendo ou comentando aquele assunto. No entanto, essas pessoas com as quais mantemos interações numa dada plataforma tendem a pertencer a um circuito comum, o que causa a falsa sensação de que todos estão comentando sobre o mesmo assunto. Certamente, outras pessoas que também podem estar relacionadas em alguma medida com o circuito do qual fazemos parte, mas que reproduzem outros tipos de debates (ou não o reproduzem), podem estar falando sobre outra coisa, ou sequer podem estar sabendo sobre aquele assunto que não saiu um único minuto das suas atualizações nas redes sociais. A esse fenômeno, é dado popularmente o nome de “bolha midiática”, e produz a sensação de que dada pauta/discussão está sendo mobilizada por todos. Essa falsa universalidade cria a impressão de que o debate está dado, altamente circulante, e portanto, acessado e apropriado por todos.

Quando pensamos acerca do que é essa bolha midiática que nos salta aos olhos, percebemos que os espaços públicos construídos na internet são múltiplos e têm recortes importantes. Se os protestos de junho de 2013 revelaram na rua a multiplicidade dos sujeitos presentes nessa enorme rede, ela também fez com que, através da imagem e dos discursos baseados na imagem, pessoas identificassem em outras os discursos que elas julgavam mais pertinentes. No dia 17 de junho de 2013, quando as ruas de mais de 300 cidades foram ocupadas no Brasil, a multiplicidade de pautas que levou tantas pessoas às ruas ficou evidente e resultou em polarizações importantes dentro da rede.

Essa polarização tem uma forte marca geracional. Os espaços públicos dentro da internet são espaços jovens. As linguagens políticas dos/as ativistas de que falamos aqui são bastante específicas dessa juventude que ressignifica o espaço da internet e da cidade e expande a esfera pública. Na verdade, essa expansão se traduz na emergência de diversas outras esferas públicas baseadas em recortes de classe, gênero, raça e geração. Assim, sem a intenção de valorar os discursos e as lutas presentes na internet ou julgar a efetividade de tais discursos, é interessante pensarmos a respeito do alcance real desse fazer político e dessa luta por transformação social. Ao pensar nessa questão não queremos diminuir a importância de tal ativismo ou dizer que ele não produz resultados. A ação, como diz Hannah Arendt (2011), é fazer, é iniciar e, por si só, tem forte potencial transformador.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. *A condição humana*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- BELELI, I. Amores online. In: PELÚCIO, L. et al. (Org.). *Gênero, sexualidade e mídia: olhares plurais para o cotidiano*. Marília: Cultura Acadêmica Editora, 2012. p. 56-73.
- BENTO, B.; PELUCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.20, n.2, p. 569-581, 2012.
- BUCCI, E. *Brasil em tempo de TV*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.
- CAVA, B. *Rolezinho é ação afirmativa contra racismo*. 16 dez. 2013. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/rolezinho-e-acao-afirmativa-contraracismo/>>. Acesso em: 10 dez. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. *Acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal*. 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acesoainternet/internet.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2015.
- KEHL, M. R. Eu vi um Brasil na TV. In: SIMÕES, I. F.; COSTA, A. H. D.; KEHL, M. R. (Org.). *Um país no ar: história da TV brasileira em três canais*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 167-323.
- LAET, J. *June 2013 in Brazil: the experience of media spaces in political action*. University of Pittsburgh - Panoramas. Disponível em: <<http://www.panoramas.pitt.edu/content/june-2013-brazil-experience-media-spaces-political-action#sthash.lwKrxzWL.dpuf>>. Acesso em: 11 dez. 2015.
- MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, nº 18, p. 248-285, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a12.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2015.
- MCQUIRE, S. *The media city: media, architecture and urban space*. Melbourne: SAGE Publications, 2008.
- MISKOLCI, R.; BELELI, I. Dossiê: percursos digitais: corpos, desejos, visibilidades: apresentação. *Cadernos Pagu*, n. 44, p. 7-11, jan.-jun. 2015.
- PORTAL BRASIL. Infraestrutura. *IBGE: metade dos brasileiros teve acesso à internet em 2013*. Brasília, DF, 19 set. 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/09/ibge-metade-dos-brasileiros-teve-acesso-a-internet-em-2013>. Acesso em: 17 jul. 2015.
- SIBILIA, P. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.